



REPÚBLICA DE ANGOLA

**Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudos do
Ensino Superior**

COMISSÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE CABINDA (ISPCAB)

Cabinda, Setembro de 2026

COMISSÃO DE AUTO-AVALIAÇÃO

RELATÓRIO DE AUTO-AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE CABINDA (ISPCAB)

Composição da Comissão de Auto-Avaliação - CAA

N.º	Nome	Grau	Função na CAA
1	Jacinto Luemba Lello	Mestre	Coordenador
2	Xavier Soca Tati	Mestre	Secretário
3	Domingos Sebastião Luemba Sambo	Doutor	Membro
4	Raúl Alberto Lello	Doutor	Membro (VPAAVE)
5	Agostinho Bumba	Doutor	Membro (VPAC)
6	Adolfina Mbumba Phambu	Licenciada	Membro (Chefe DEI ENF)
7	Julieta Miranda Pereira	Arquitecta	Membro (Chefe DEI AU)
8	Arlindo Quaresma Soche dos Ramos	Mestre	Membro (Chefe DEI EI)
9	Tiago Morais Buanga	Mestre	Membro (Chefe DEI GC)
10	Elga Tati	Mestre	Membro (Chefe DEI RI)
11	José Bumba	Estudante	Representante dos estudantes
12	Teresa da Graça Cruz Morais	Licenciada	Representante do PTA

Cabinda, Setembro de 2026

SUMÁRIO

1. Contextualização/Enquadramento.....	7
2. Metodologia utilizada no processo de AA.....	11
3. Análise SWOT da IES/UO.....	13
3.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).....	13
3.1.1. Pontos Fortes.....	13
3.1.2. Pontos Fracos.....	13
3.1.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	13
3.2 Gestão.....	14
3.2.1. Pontos Fortes.....	14
3.2.2. Pontos Fracos.....	14
3.2.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	14
3.3 Currículo.....	15
3.3.1. Pontos Fortes.....	15
3.3.2. Pontos Fracos.....	15
3.3.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	15
3.4 Corpo Docente.....	16
3.4.1. Pontos Fortes.....	16
3.4.2. Pontos Fracos.....	16
3.4.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	16
3.5 Corpo Discente.....	17
3.5.1. Pontos Fortes.....	17
3.5.2. Pontos Fracos.....	17
3.5.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	18
3.6 Pessoal Técnico e Administrativo (PTA).....	18
3.6.1. Pontos Fortes.....	18
3.6.2. Pontos Fracos.....	18
3.6.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	19
3.7 Investigação.....	19
3.7.1. Pontos Fortes.....	19
3.7.2. Pontos Fracos.....	19
3.7.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	20
3.8 Extensão Universitária.....	20
3.8.1. Pontos Fortes.....	20
3.8.2. Pontos Fracos.....	20
3.8.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	20
3.9 Intercâmbio e Cooperação.....	21
3.9.1. Pontos Fortes.....	21
3.9.2. Pontos Fracos.....	21
3.9.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	21

3.10 Infraestruturas e Recursos Materiais.....	21
3.10.1. Pontos Fortes.....	21
3.10.2. Pontos Fracos.....	22
3.10.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	22
3.11 Cumprimento da Legislação Aplicável.....	22
3.11.1. Pontos Fortes.....	22
3.11.2. Pontos Fracos.....	23
3.11.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações.....	23
4. Análise Global (Oportunidades e Ameaças).....	23
4.1. Oportunidades.....	23
4.2. Ameaças.....	24
5. Plano de Melhorias Institucional (PMI).....	25
6. Conclusões e Recomendações.....	27

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AA – Auto-Avaliação Institucional

AE – Associação de Estudantes

AU – Arquitectura e Urbanismo

CAA – Comissão de Auto-Avaliação

CAE – Comissão de Avaliação Externa

CC – Conselho Científico

CD – Conselho Directivo

CODAQUI – Comissão de Qualidade, Avaliação e Desenvolvimento Institucional

CP – Conselho Pedagógico

DEI – Departamento de Ensino e Investigação

EI – Engenharia Informática

ENF – Enfermagem

ES – Ensino Superior

GC – Gestão e Contabilidade

GIPAS – Gabinete de Inserção Profissional e Apoio Social

IES – Instituição do Ensino Superior

INAAREES – Instituto Nacional de Avaliação, Acreditação e Reconhecimento de Estudo do Ensino Superior

ISPCAB – Instituto Superior Politécnico de Cabinda

PAA – Processo de Auto-Avaliação

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PMI – Plano de Melhorias Institucional

PPC – Projecto Pedagógico de Curso

PTA – Pessoal Técnico-Administrativo

RAA – Relatório de Auto-Avaliação

RFAA – Relatório Final de Auto-Avaliação

RI – Relações Internacionais

RPAA – Relatório Provisório/Preliminar de Auto-Avaliação

SG – Secretário-Geral / Secretaria-Geral

SNGQES – Sistema Nacional de Garantia da Qualidade do Ensino Superior

TFC – Trabalho de Fim de Curso

VPAAVE – Vice-Presidente para os Assuntos Académicos e Vida Estudantil

VPAC – Vice-Presidente para os Assuntos Científicos

1. Contextualização/Enquadramento

Apresentação da Instituição. O Instituto Superior Politécnico de Cabinda (ISPCAB) é uma instituição privada de ensino superior, propriedade da CREA – Centro de Estudos de Angola, S.A.R.L., com sede em Luanda. Tem origem no pólo de Cabinda do ISPRA, posteriormente integrado na UPRA, e foi autonomizado em 2012 pelo Decreto Presidencial n.º 168/12, de 24 de Julho (Diário da República, I Série, n.º 141). Os cinco cursos de licenciatura que ministra, Enfermagem, Engenharia Informática, Relações Internacionais, Gestão e Contabilidade e Arquitectura e Urbanismo, foram criados pelo Decreto Executivo n.º 216/17, de 7 de Abril, com efeitos a 2013.

Os documentos reitores em vigor são o Estatuto Orgânico, consolidado em 2025 (Deliberação n.º 01/CD-ISPCAB/2025), o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020–2035 com a Revisão Intercalar 2026–2030, o Regulamento Académico, o Manual de Auto-Avaliação Institucional e o conjunto de instrumentos aprovados entre Agosto e Setembro de 2026 (Deliberações n.os 02 e 04/CD-ISPCAB/2026 e Despachos n.os 074 a 096/GP-ISPCAB/2026): regulamentos de avaliação do desempenho de docentes, do pessoal técnico-administrativo e dos dirigentes, Regulamento de Investigação Científica e linhas de investigação, Regulamento de Extensão Universitária de 12 de Julho de 2025, políticas de género, de mobilidade e intercâmbio e de recrutamento, regulamentos dos gabinetes de apoio ao estudante, normas de inventário, biblioteca e laboratórios e Linhas Orçamentais para investigação, extensão e formação.

Missão, visão e valores. A missão, aprovada pelo Conselho Directivo em 23 de Janeiro de 2026 e ratificada pela Deliberação n.º 01/CD-ISPCAB/2026, é formar quadros qualificados, articulando o ensino, a investigação científica, a extensão universitária e a prestação de serviços à comunidade, e contribuir para o desenvolvimento económico, social e cultural da Província de Cabinda e da República de Angola, no respeito pela cultura da paz, pela defesa do ambiente, pelos direitos humanos e pelas exigências do conhecimento. A visão e os valores constam do PDI. O PDI organiza-se em três ciclos estratégicos; está em curso o segundo, 2026–2030, com vinte e um objectivos, cada um com indicador e meta.

A relevância da missão foi aferida nos inquéritos de 2026: 83 % dos estudantes consideram-na relevante para Cabinda e para o País, o resultado mais alto do inquérito, e dirigentes, pessoal técnico-administrativo e docentes conhecem-na em 83 a 100 %. Os cinco cursos correspondem a necessidades de quadros da província nas áreas da saúde, das

tecnologias de informação, do ordenamento do território, da gestão e das relações externas, e a sua articulação com os objectivos do PDI é tratada nos planos estratégicos de curso 2026–2030, a aprovar pelo Conselho Directivo (Plano de Melhoria, acção I-1.5).

Organização e funcionamento. O Conselho Directivo é o órgão de direcção. O Conselho Científico e o Conselho Pedagógico reúnem em sessão própria (Actas n.os 01/CC/2026 e 01/CP/2026). A Assembleia prevista no artigo 26.º do Estatuto ainda não está constituída; até à sua constituição, as matérias do artigo 27.º são decididas em sessão alargada do Conselho Directivo, com os Chefes de Departamento, o Presidente da Associação de Estudantes e um representante do pessoal técnico-administrativo (regime transitório da Deliberação n.º 04/CD-ISPCAB/2026). A garantia da qualidade compete à Comissão de Qualidade, Avaliação e Desenvolvimento Institucional (CODAQUI, Despacho n.º 074/GP-ISPCAB/2026).

Cargo	Titular
Presidente (Presidente do Conselho Directivo)	Eng.º José Manuel Bráz de Cabedo Simas
Vice-Presidente para os Assuntos Académicos e Vida Estudantil	Prof. Doutor Raúl Alberto Lello
Vice-Presidente para os Assuntos Científicos	Prof. Doutor Agostinho Bumba
Secretário-Geral	Msc. Xavier Soca Tati

O ensino organiza-se em cinco Departamentos de Ensino e Investigação, um por curso, dirigidos por um Chefe de Departamento. Os serviços de apoio são a Secretaria-Geral, os Serviços Académicos, a Área Pedagógica, a Secretaria Científica, a Tesouraria, a Comunicação e Tecnologias, os Serviços Gerais, a Biblioteca e o Gabinete de Psicopedagogia. O planeamento desce do PDI para o Plano de Actividades anual e para o orçamento (955.250.811 Kz em 2025/26), com planos orçamentais departamentais; a monitorização é feita pela CODAQUI, com relatório trimestral ao Conselho Directivo.

Cursos e Departamentos. O quadro seguinte mostra a distribuição dos cursos por Departamento e o número de matriculados com actividade lectiva em 2025/2026. No total, o ISPCAB contava 1.811 estudantes com actividade lectiva, 1.726 alunos regulares e 85 inscritos só em disciplinas isoladas, 70,6 % do sexo feminino.

Departamento de Ensino e Investigação	Chefe de Departamento	Matriculados 2025/26	Avaliação externa do curso
Ciências da Saúde (Enfermagem)	Dra. Adolfina Mbumba Phambu	977	CAE n.º 8 (2024): 61,07 %; CAE n.º 22 (2025): 60,66 %, nível C, acreditação condicional

Departamento de Ensino e Investigação	Chefe de Departamento	Matriculados 2025/26	Avaliação externa do curso
Engenharia Informática	MSc. Arlindo Quaresma Soche dos Ramos	390	CAE n.º 57 (2025): 66,87 %, nível C (Decisão n.º 033/GDG/INAAREES/MESCTI/2026)
Relações Internacionais	MSc. Elga Tati	211	CAE n.º 15 (2025): 40,51 % após penalização, nível D
Gestão e Contabilidade	Dr. Tiago Morais Buanga	143	CAE n.º 15 (2025): 47,83 % após penalização, nível D
Arquitectura e Urbanismo	Arq. Julieta Miranda Pereira	86	CAE n.º 57 (2025): 67,00 %, nível C (Decisão n.º 034/GDG/INAAREES/MESCTI/2026)

Os certificados de acreditação condicional dos três cursos acreditados são válidos até Outubro de 2027. O ISPCAB não admite novos estudantes ao 1.º ano de Gestão e Contabilidade e de Relações Internacionais em 2026/2027 (Comunicado de 3 de Agosto de 2026, ratificado pela Deliberação n.º 04/CD-ISPCAB/2026) e garante aos inscritos a conclusão do curso.

Corpo docente. O Registo Primário de Docentes de 2025/2026 conta 117 docentes: 43 com mestrado ou doutoramento (37 %), dos quais 7 doutores; 84 assistentes, 24 professores auxiliares e 7 professores associados. À data da verificação havia seis docentes em tempo integral, três de Enfermagem e os três dirigentes. O concurso interno aberto pelo Despacho n.º 106/GP-ISPCAB/2026, de 28 de Setembro, põe trinta docentes em tempo integral a partir de 12 de Outubro de 2026, dezoito deles mestres.

Departamento	Docentes afectos (RAA de curso)	Docentes em tempo integral a partir de 12-10-2026 (Despacho n.º 106)
Relações Internacionais	34	7
Engenharia Informática	28	8
Gestão e Contabilidade	28	7
Arquitectura e Urbanismo	12	2
Enfermagem	sem apuramento por curso	6
Total da Instituição	117 (docentes partilhados entre Departamentos)	30 (25,6 % do corpo docente)

Os números por Departamento provêm dos Relatórios de Auto-Avaliação de curso de 2023/2024 e 2025; como os Departamentos partilham docentes, a soma excede o total de 117.

O ISPCAB na comunidade. O ISPCAB é uma das instituições de ensino superior de Cabinda e forma quadros para os serviços de saúde, as empresas e a administração da província. Tem 23 protocolos de cooperação assinados pelas duas partes, entre eles com o Hospital Geral de Cabinda, o Hospital Provincial, o Porto de Cabinda, a ENDE, a AARISMU,

o INOTU e administrações municipais. As sete entidades de estágio que responderam ao inquérito de 2026 declaram ter recebido cerca de 175 estagiários do ISPCAB. A extensão universitária de 2025/2026 incluiu campanhas de Enfermagem entre Novembro de 2025 e Maio de 2026, a feira de saúde de 8 de Maio de 2026, projectos de requalificação de Arquitectura e Urbanismo entregues à administração municipal em Janeiro de 2026 e a 1.ª Olimpíada de Informática.

Contexto e objectivos da auto-avaliação. A auto-avaliação realiza-se no quadro do Regime Jurídico da Avaliação e Acreditação da Qualidade das Instituições de Ensino Superior (Decreto Presidencial n.º 203/18, de 31 de Agosto) e prepara a avaliação externa institucional do INAAREES. O referencial é o Manual de Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior (INAAREES, 2022, com a errata de 9 de Setembro de 2026): onze indicadores, cinquenta e sete padrões e trezentos e sessenta e quatro critérios de verificação, sendo obrigatórios os Indicadores 3, 4, 7, 8 e 10. O ponto de partida foram as quatro avaliações externas de curso de 2024 e 2025, cujas fraquezas são, na maior parte, institucionais: sistema de garantia da qualidade, avaliação do desempenho, investigação e extensão, apoio ao estudante, linhas orçamentais e gestão do pessoal.

O objectivo é duplo: apurar, com evidência, em que medida o ISPCAB cumpre cada critério, e converter as fragilidades num Plano de Melhoria com responsáveis, prazos e indicadores. O relatório integral, com os resultados de todos os inquéritos, foi proposto pela Comissão de Auto-Avaliação (Acta n.º 05/CAA/2026), aprovado pelo Conselho Directivo (Deliberação n.º 07/CD-ISPCAB/2026) e homologado pelo Despacho n.º 105/GP-ISPCAB/2026, todos de 28 de Setembro de 2026. O presente documento apresenta esse relatório na estrutura do modelo do INAAREES; o texto integral e os anexos de resultados acompanham-no (Anexo).

2. Metodologia utilizada no processo de AA

Etapas do processo. O processo seguiu as fases do Manual de Auto-Avaliação Institucional do ISPCAB. A Comissão foi criada pelo Despacho n.º 073/GP-ISPCAB/2026, de 20 de Agosto, alterado pelo Despacho n.º 104/GP-ISPCAB/2026, de 28 de Setembro, e trabalhou sobre o Plano Geral de Preparação para a Avaliação Institucional elaborado em Agosto de 2026. Seguiram-se a construção dos instrumentos, a recolha junto de cada estrato, a verificação documental, a análise dos resultados por critério do Manual do INAAREES, a redacção do relatório e do Plano de Melhoria e a sua aprovação. O relatório foi remetido ao INAAREES pelo Ofício n.º 086/GP-ISPCAB/2026.

Instrumentos e recursos. Foram aplicados onze questionários, cada pergunta mapeada a um critério ou padrão do Manual do INAAREES (matriz no Anexo I do relatório integral). Aos estudantes, os dois inquéritos foram aplicados presencialmente nas instalações do ISPCAB, com um funcionário a apresentar o inquérito e a registar a resposta; aos restantes estratos, por Google Forms, com resposta anónima. As escalas são de quatro pontos, com a opção «não sei / não se aplica» excluída do cálculo.

Estrato	Instrumento	Perguntas	Respostas	Taxa de resposta
Estudantes	Inquérito de Satisfação Interna	29	360	20,9 % de 1.726
Estudantes	Inquérito Institucional	19	363	21,0 % de 1.726
Docentes e investigadores	Inquérito de Satisfação Interna, versão B	24	51	43,6 % de 117
Docentes e investigadores	Inquérito Institucional, versão B	26	20	17,1 % (indicativo)
Pessoal técnico-administrativo	Inquérito de Satisfação Interna, versão C	23	16	62 % de 26
Pessoal técnico-administrativo	Inquérito Institucional, versão D	21	10	38 % de 26
Órgãos de direcção e chefias	Inquérito Institucional, versão C	29	6	universo não contado
Diplomados	Inquérito de Satisfação Externa, versão D	16	26 válidas	1,6 % (indicativo)
Entidades de estágio	Inquérito de Satisfação Externa, versão F	11	7	indicativo
Ordens e associações profissionais	Inquérito de Satisfação Externa, versão G	8	3	indicativo
Empregadores externos	Inquérito de Satisfação Externa, versão E	11	0 válidas	sem resultado

Regra de decisão. Para cada pergunta calcula-se o índice de resposta positiva (dois pontos superiores da escala sobre as respostas válidas). Um critério que o Manual manda verificar junto de um estrato considera-se alcançado (S) quando o índice atinge 60 %, limiar inferior do nível «satisfatório com muitas reservas», e a taxa de resposta do estrato atinge 20 %; abaixo disso regista-se «N» e abre-se uma acção no Plano de Melhoria. Para o Indicador 6 aplica-se a regra do Manual: pelo menos 50 % de satisfeitos em cada grupo de

questões. Os resultados entre 55 % e 65 % tratam-se como faixa de alerta. Os estratos abaixo de 20 % de resposta apresentam-se como indicativos e não decidem critérios.

Verificação documental. Entre 20 e 24 de Setembro de 2026 foi verificado o arquivo de evidências do ciclo, organizado em onze pastas, uma por indicador, com os valores de referência fixados no Anexo II da Deliberação n.º 04/CD-ISPCAB/2026. Os inquéritos cobrem 81 dos 364 critérios; os restantes provam-se por documento e observação.

Partes externas. Foram convidados a responder os diplomados, as entidades promotoras de estágios, as ordens e associações profissionais e os empregadores. Responderam 26 diplomados, 7 entidades de estágio de três cursos e 3 representantes de ordens profissionais; dos empregadores externos não houve resposta válida. A repetição destes inquéritos por canal próprio consta do Plano de Melhoria.

Limitações. A recolha presencial junto dos estudantes não é anónima nem auto-administrada e pode favorecer respostas mais positivas; em contrapartida, garante a composição da amostra por curso, ano e regime. As amostras do pessoal técnico-administrativo e dos dirigentes são pequenas, com o anonimato limitado que isso implica. Nos cursos pequenos uma resposta vale entre 4 e 6 pontos percentuais.

Cronograma.

Fase	Período	Produto
Criação da Comissão e planeamento	20 de Agosto de 2026	Despacho n.º 073/GP-ISPCAB/2026; Plano Geral de Preparação
Construção dos instrumentos	Agosto de 2026	Onze questionários e matriz pergunta–critério
Inquérito aos órgãos de direcção	26 a 29 de Agosto de 2026	6 respostas
Inquéritos electrónicos (docentes, PTA, estratos externos)	26 de Agosto a 22 de Setembro de 2026	Formulários encerrados a 22 de Setembro
Recolha presencial junto dos estudantes	1 a 19 de Setembro de 2026	360 e 363 respostas
Verificação documental	20 a 24 de Setembro de 2026	Arquivo de evidências em onze pastas; Índice de evidências (Anexo J)
Análise, relatório e Plano de Melhoria	Setembro de 2026	Relatório integral e Plano de Melhoria Institucional 2026–2029
Aprovação	28 de Setembro de 2026	Acta n.º 05/CAA/2026; Deliberação n.º 07/CD-ISPCAB/2026; Despacho n.º 105/GP-ISPCAB/2026
Remessa e divulgação	Setembro e Outubro de 2026	Ofício n.º 086/GP-ISPCAB/2026; sessão de devolução com acta; publicação no sítio e no Portal do Aluno

3. Análise SWOT da IES/UO

Para cada indicador apresentam-se os pontos fortes e fracos que resultam dos inquéritos de 2026 e da verificação documental, e a avaliação global com as recomendações. Os resultados integrais, pergunta a pergunta, e a classificação S/N de cada critério aferido constam do relatório integral (Anexos A a O); as acções estão no ponto 5.

3.1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

3.1.1. Pontos Fortes

- ✓ Missão em declaração autónoma, aprovada pelo Conselho Directivo e ratificada pela Deliberação n.º 01/CD-ISPCAB/2026, integrada no PDI 2020–2035 e na Revisão Intercalar 2026–2030 (critérios 1.1.1 e 1.1.6).
- ✓ Missão considerada relevante para Cabinda e para o País por 83 % dos estudantes (1.1.3); conhecida por 75 % dos estudantes e por todos os docentes, dirigentes e funcionários que responderam (1.1.5).
- ✓ Divulgação por vários canais: sessões de acolhimento (44 %), redes sociais (43 %), página web (40 %), Guia do Discente e placar.
- ✓ Objectivos do PDI conhecidos por 70 % dos estudantes e 95 % dos docentes; 100 % dos docentes consideram-nos alinhados com a missão; os seis dirigentes consideram o PDI actualizado (1.2.1 a 1.2.3).

3.1.2. Pontos Fracos

- ✓ Metade dos estudantes que dizem conhecer a missão conhece-a só «em parte»; 15 % nunca contactaram com ela.
- ✓ Um quarto dos estudantes só ouviu falar dos objectivos do PDI; à data dos inquéritos o PDI consolidado ainda não tinha sido divulgado aos estudantes.
- ✓ Cinco dirigentes sabem que a missão foi aprovada por acto formal, mas nenhum identificou a Deliberação.
- ✓ Não existe relatório de execução do ciclo 2020–2025 nem monitorização rastreável por objectivo; os planos estratégicos dos cursos estão redigidos mas sem acto de aprovação.

3.1.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Os critérios aferidos por inquérito estão cumpridos em todos os estratos. A fragilidade é de divulgação e de registo, não de existência.

Recomenda-se executar o Plano de Divulgação Institucional (cartaz da missão, notícia, sessão com a Associação de Estudantes), publicar o PDI e a Revisão Intercalar no sítio, inserir a missão nos cinco projectos pedagógicos e no Guia do Discente, elaborar o relatório de execução 2020–2025 e aprovar os cinco planos estratégicos de curso.

3.2 Gestão

3.2.1. Pontos Fortes

- ✓ Avaliação periódica instituída e reconhecida pelos estudantes; igualdade de oportunidades percebida por 82 % dos estudantes e por todos os docentes que responderam.
- ✓ Informação corrente por canais digitais próprios: minipautas (48 %), Portal do Aluno (46 %), sítio e assistente virtual Kabi (29 %).
- ✓ Gestão académica corrente (distribuição de serviço, pautas, calendário) com 96 % de satisfação dos docentes, sem nenhuma resposta «muito insatisfeito».
- ✓ Dirigentes e pessoal conhecem a missão, o organigrama, a política de género e os resultados das avaliações em 83 a 100 %; órgão de garantia da qualidade conhecido por 90 % dos docentes.
- ✓ Estatuto consolidado de 2025 e conjunto normativo aprovado entre Agosto e Setembro de 2026.

3.2.2. Pontos Fracos

- ✓ O ciclo de avaliação não fecha: um terço dos estudantes e 45 % dos docentes nunca viram resultados das avaliações.
- ✓ Quase dois terços dos estudantes nunca apresentaram sugestão ou reclamação e um terço dos que o fizeram ficou sem resposta; só seis em dez sabem a que serviço se dirigir.
- ✓ Plano de actividades e orçamento conhecidos por 45 % dos docentes; 30 % não sabem se existem instâncias formais de consulta.
- ✓ Resultado da avaliação do desempenho não entregue por escrito a dois em seis dirigentes e a quatro em dez funcionários.
- ✓ Assembleia não constituída; actas dos órgãos colegiais sem série arquivada; um dirigente considera as evidências da qualidade desorganizadas.

3.2.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Todos os critérios de escala cumprem o limiar. O problema do indicador está no último troço

da comunicação, da administração para a sala: o que quem dirige, ensina e administra conhece a 83–100 %, os estudantes conhecem a 50–75 %.

Recomenda-se designar na Norma de Comunicação um responsável pela comunicação aos estudantes e publicar cada resultado e cada norma no Portal, no sítio e no placar em dez dias; criar o registo único de sugestões e reclamações com resposta em quinze dias; notificar por escrito todas as avaliações do desempenho; lavrar e arquivar em série as actas do Conselho Directivo, do Conselho Científico e do Conselho Pedagógico; constituir a Assembleia até Julho de 2027.

3.3 Currículo

3.3.1. Pontos Fortes

- ✓ Cinco projectos pedagógicos de 2026 fixados como versão única (Decreto Executivo n.º 216/17), rubricados, com o Modelo Pedagógico aprovado pela Deliberação n.º 06/CD-ISPCAB/2026.
- ✓ Normas de avaliação conhecidas por 81 % dos estudantes e 88 % dos docentes; métodos de ensino considerados adequados por quatro em cada cinco estudantes.
- ✓ Todos os docentes que responderam consideram os planos curriculares adequados aos objectivos do curso, a única pergunta do ciclo com 100 % de respostas positivas.
- ✓ A Ordem dos Arquitectos e as entidades de estágio avaliam positivamente a adequação da formação às exigências da profissão (indicativo).

3.3.2. Pontos Fracos

- ✓ Sistema de créditos desconhecido por três em cada dez estudantes; o Regulamento de Créditos só foi aprovado em Setembro de 2026.
- ✓ Comunicação dos resultados no prazo avaliada em 74 % pelos estudantes, a segunda pergunta mais fraca do indicador.
- ✓ Sem consulta regular a empregadores e ordens profissionais no desenho curricular; estágio previsto e não realizado em Gestão e Contabilidade e em Relações Internacionais.
- ✓ Planos curriculares sem revisão há mais de cinco anos; Regulamento Académico de 2015 desactualizado face ao Estatuto de 2025.

3.3.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Indicador obrigatório. Os critérios aferidos junto de estudantes e docentes estão cumpridos.

As lacunas são de consulta externa, de estágio em dois cursos e de revisão curricular.

Recomenda-se afixar a matriz de créditos por Departamento e entregá-la na matrícula; fixar prazo de publicação das pautas; aprovar o programa de estágio e assinar protocolos em Gestão e Contabilidade e em Relações Internacionais; consultar anualmente empregadores e ordens com acta do Conselho Pedagógico; submeter a homologação as propostas de revisão curricular entre 2026 e 2029; aprovar novo Regulamento Académico.

3.4 Corpo Docente

3.4.1. Pontos Fortes

- ✓ Concurso interno para trinta docentes em tempo integral com contrato por tempo indeterminado (Despacho n.º 106/GP-ISPCAB/2026), dezoito deles mestres, com início a 12 de Outubro de 2026: 30 de 117 (25,6 %) e 60 % de mestres entre eles, o que satisfaz os critérios obrigatórios 4.2.2 e 4.2.4.
- ✓ Corpo docente estável, mediana de dez anos de casa; 97 % recomendariam o ISPCAB como local de trabalho.
- ✓ Avaliação do desempenho conhecida e reconhecida; 88 % dos docentes fizeram formação; satisfação elevada com a gestão académica e o apoio administrativo.
- ✓ Plano de Formação Docente 2026/2027 assinado e visado em 28 de Setembro de 2026.

3.4.2. Pontos Fracos

- ✓ À data da verificação só seis docentes estavam em tempo integral (5 %); o critério obrigatório 4.2.2 não estava cumprido.
- ✓ 37 % de mestres e doutores (7 doutores); a meta institucional é metade do corpo docente até 2028/2029.
- ✓ Plano de formação desconhecido ou só «ouvido falar» por quatro em dez docentes e planos de carreira por um terço; só 25 % receberam por escrito o resultado da avaliação do desempenho.
- ✓ Remuneração, regularidade e forma de pagamento são a primeira prioridade apontada pelos docentes (12 de 39 respostas livres), seguidas da internet, dos computadores e da sala de docentes.
- ✓ Currricula vitae ainda não transpostos para o modelo do INAAREES; lista nominal com dados divergentes entre fontes.

3.4.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Indicador obrigatório. Com os trinta contratos o critério obrigatório fica cumprido antes da visita da Comissão de Avaliação Externa; a qualificação académica e a notificação da avaliação do desempenho continuam abaixo do exigido.

Recomenda-se arquivar as declarações de aceitação, a acta do júri e os trinta contratos; executar e divulgar o Plano de Formação Docente com certificação de cada acção; exigir mestrado nos concursos de 2026/2027 e apoiar pelo menos três mestrados por ano; notificar por escrito as avaliações; fixar e comunicar o calendário de pagamentos; equipar a sala de docentes; transpor os curricula para o modelo do INAAREES.

3.5 Corpo Discente

3.5.1. Pontos Fortes

- ✓ Satisfação global dos estudantes de 73 % e satisfação com o apoio prestado de 79 %; nenhum curso abaixo do limiar na satisfação global.
- ✓ Gabinete de Psicopedagogia, criado em Março de 2024, a funcionar com registo; é o serviço de apoio mais conhecido.
- ✓ Taxa de aprovação de 90,9 % em 2025/2026; 215 trabalhos de fim de curso defendidos (157 de Enfermagem); 206 graduados em 2024/2025.
- ✓ Diplomados que responderam satisfeitos com a formação (95 % na satisfação global) e 81 % recomendariam o ISPCAB sem reservas (indicativo); 25 de 26 aceitaram integrar a rede de antigos estudantes.
- ✓ As sete entidades de estágio que responderam não deram nenhuma resposta negativa e estão disponíveis para receber novos estagiários.

3.5.2. Pontos Fracos

- ✓ Um quarto dos estudantes está insatisfeito com a Instituição no seu conjunto e 27 % não a recomendariam; a satisfação é mais baixa no regime pós-laboral (66 % contra 77 %) e em Gestão e Contabilidade e Relações Internacionais (68 %).
- ✓ Sistema de registo e portal (66 %) e estruturas de apoio pedagógico (67 %) são os menos conhecidos; gabinetes de tutoria e de inserção profissional sem responsáveis nomeados.
- ✓ Nas respostas livres, a articulação entre a secretaria e os serviços académicos, a cobrança de propinas e o atendimento aparecem como primeira causa de insatisfação.
- ✓ Metade dos diplomados trabalha fora da área de formação e a componente prática e

o estágio são o que menos os satisfaz.

- ✓ Não existe lista organizada de contactos de diplomados; a taxa de resposta deste estrato foi de 1,6 %.

3.5.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Os critérios de escala estão cumpridos, sem folga. A leitura conjunta dos estratos é coerente: o ISPCAB forma bem e é reconhecido por quem já saiu, e é menos bem avaliado no atendimento a quem está dentro.

Recomenda-se aprovar uma norma de atendimento com horários e tempos de resposta e separar a cobrança do acto académico; apresentar os gabinetes de apoio no acolhimento, no Guia do Discente e no Portal; nomear o coordenador da tutoria e o responsável do gabinete de inserção profissional; regulamentar e acompanhar o estágio em todos os cursos; constituir a base de contactos de diplomados e reaplicar o inquérito externo por canal próprio.

3.6 Pessoal Técnico e Administrativo (PTA)

3.6.1. Pontos Fortes

- ✓ Satisfação de 100 % nos quatro grupos de questões do inquérito de satisfação (condições de trabalho, direitos e valorização, desenvolvimento profissional, relacionamento e comunicação), acima da regra de 50 % por grupo do Manual; 94 % de satisfação global com o ISPCAB como empregador.
- ✓ Relação com as chefias directas muito boa; funções descritas e recebidas por escrito; fichas de funções assinadas na Secretaria-Geral.
- ✓ Formação realizada: ciclo de Abril e Maio de 2025 com 20 participantes; Plano de Formação do PTA 2026/2027 (Despacho n.º 087).
- ✓ Regulamento e ficha de avaliação do desempenho do PTA e Procedimentos de Recrutamento e Selecção (Despacho n.º 094) integram o conjunto normativo de Agosto de 2026.

3.6.2. Pontos Fracos

- ✓ Resultado da avaliação do desempenho não entregue por escrito a quatro em dez funcionários.
- ✓ Quadro de pessoal sem afectação completa por área; rácios abaixo do padrão: 26 trabalhadores para 1.726 estudantes (1:70, padrão 1:50).
- ✓ Um funcionário declara-se muito insatisfeito com o ISPCAB como empregador; o

peçoal pede mais auscultação, um espaço de refeição e um prémio de desempenho.

- ✓ Processo do concurso de PTA realizado e comprovativos de INSS e seguro existentes, mas não carregados no arquivo de evidências.

3.6.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

O indicador cumpre a regra própria do Manual. Os resultados devem ler-se com reserva: 16 respostas de um peçoal antigo, num grupo pequeno em que o anonimato é limitado.

Recomenda-se notificar por escrito todas as avaliações e arquivar as notificações assinadas; completar o quadro de peçoal com afectação por serviço; reforçar o PTA em quatro trabalhadores por ano até 2028/2029; realizar reunião trimestral da direcção com o PTA, com acta; carregar no arquivo o processo do concurso e os comprovativos de protecção social.

3.7 Investigação

3.7.1. Pontos Fortes

- ✓ Regulamento de Investigação Científica de 1 de Setembro de 2026 e linhas de investigação por Departamento aprovadas (Deliberação n.º 04/CD-ISPCAB/2026); dotação de 24.000.000 Kz para investigação em 2025/2026.
- ✓ 74 % dos docentes satisfeitos com o apoio institucional à investigação (n = 46).
- ✓ Seis artigos publicados nos últimos três anos em revistas com ISSN e DOI por quatro docentes do ISPCAB e uma comunicação no 32.º Congresso da APDR (Porto, Julho de 2025), arquivados na pasta 07.
- ✓ 215 trabalhos de fim de curso defendidos em 2025/2026; Jornadas Científicas realizadas (Dezembro de 2023, Abril de 2025 e 2026).

3.7.2. Pontos Fracos

- ✓ A verificação documental encontrou 16 dos 19 critérios do indicador sem prova; nenhum projecto de investigação institucional registado.
- ✓ Percepção polarizada do apoio: 15 % de muito insatisfeitos, e 42 % de satisfeitos em Relações Internacionais.
- ✓ Produção científica concentrada em poucos docentes; Jornadas sem livro de resumos nem relatório; actas de defesa de TFC em minuta.
- ✓ Programa de iniciação científica sem regulamento próprio do ISPCAB; valores da dotação divergentes entre documentos.

3.7.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Indicador obrigatório e um dos mais frágeis. O critério de satisfação cumpre; os critérios de produção e de projectos não.

Recomenda-se registar um projecto de investigação por Departamento em 2026/2027, com equipa, cronograma e orçamento; tornar obrigatória a ficha anual de produção científica; publicar a dotação anual com um único valor e o calendário de candidaturas; arquivar livro de resumos e relatório das Jornadas; digitalizar as actas de defesa; aprovar o regulamento de iniciação científica com edital anual.

3.8 Extensão Universitária

3.8.1. Pontos Fortes

- ✓ Regulamento de Extensão Universitária de 12 de Julho de 2025 e dotação de 10.000.000 Kz em 2025/2026.
- ✓ Actividade real em 2025/2026: campanhas de Enfermagem de Novembro de 2025 a Maio de 2026, feira de saúde de 8 de Maio de 2026, projectos de requalificação de Arquitectura e Urbanismo e 1.ª Olimpíada de Informática.
- ✓ 79 % dos docentes satisfeitos com o apoio às actividades de extensão (90 % em Enfermagem).

3.8.2. Pontos Fracos

- ✓ A verificação documental encontrou 10 dos 15 critérios sem prova: faltam os relatórios semestrais exigidos pelo artigo 14.º do Regulamento e as listas de presenças.
- ✓ Extensão concentrada em Enfermagem e residual nos outros cursos (58 % de satisfação dos docentes em Relações Internacionais).
- ✓ Memorandos com a comunidade sem cópia assinada no arquivo; sem avaliação de impacto junto dos beneficiários.

3.8.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Indicador obrigatório. A actividade existe; o que falta é o registo.

Recomenda-se reconstituir o relatório de cada acção de 2025/2026, datado da data em que é elaborado e com a fonte indicada; exigir relatório semestral de todos os cursos a partir de 2026/2027, incluindo a declaração de «sem actividade»; aprovar o Plano Anual de Extensão com um único valor orçamental; assinar pelo menos três memorandos de

extensão com contrapartidas até Junho de 2027; aplicar inquérito aos beneficiários.

3.9 Intercâmbio e Cooperação

3.9.1. Pontos Fortes

- ✓ 23 protocolos de cooperação nacionais assinados pelas duas partes, com originais na Secretaria-Geral, entre eles com o Hospital Geral de Cabinda e a UPRA.
- ✓ Política de Mobilidade e Intercâmbio aprovada no conjunto normativo da Deliberação n.º 02/CD-ISPCAB/2026.
- ✓ 22 docentes (43 %) declaram ter participado em acções de mobilidade ou intercâmbio ao abrigo de protocolos do ISPCAB.
- ✓ A Ordem dos Arquitectos propõe um protocolo institucional permanente, investigação aplicada e intercâmbio entre docentes e profissionais.

3.9.2. Pontos Fracos

- ✓ Nenhuma parceria internacional; nenhum docente ou estudante em mobilidade documentada.
- ✓ Política de mobilidade conhecida por 61 % dos docentes, no limiar, e desconhecida de todo por 27 %.
- ✓ As 22 acções declaradas não têm registo no arquivo; o único convénio de mobilidade docente arquivado tem os campos em branco.
- ✓ O arquivo de evidências tinha só cópias dos protocolos sem assinaturas.

3.9.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

É o indicador mais frágil do diagnóstico documental. O conhecimento da política cumpre à justa; a execução não tem prova.

Recomenda-se identificar e documentar as 22 acções declaradas, com entidade, data e protocolo; completar e assinar o convénio de mobilidade; digitalizar os 23 protocolos assinados; assinar um memorando com uma instituição estrangeira até Junho de 2027 e executar o programa piloto de mobilidade; propor à Ordem dos Arquitectos o protocolo permanente.

3.10 Infraestruturas e Recursos Materiais

3.10.1. Pontos Fortes

- ✓ Laboratórios, computadores e internet avaliados acima do limiar pelos estudantes; laboratórios com 89 % entre os docentes.
- ✓ Biblioteca virtual (biblioteca.ispcab.co.ao) com 2.197 títulos, somada ao acervo físico

de 1.040 títulos e 1.454 exemplares: 3.237 títulos disponíveis.

- ✓ Água corrente instalada no Laboratório de Enfermagem; Plano de Investimento 2026–2028 aprovado; Plano de Manutenção e Política de Segurança elaborados; instalação de extintores e de ar condicionado, com manutenção programada mensal, em curso.

3.10.2. Pontos Fracos

- ✓ Biblioteca e salas de aula são as infra-estruturas pior avaliadas pelos estudantes (67 % e 69 %); a biblioteca fica abaixo do limiar em Relações Internacionais (53 %) e a internet em Gestão e Contabilidade (57 %).
- ✓ Cobertura das bibliografias obrigatórias de 23 %; sem registo de empréstimos nem espaço de trabalho em grupo.
- ✓ Internet e computadores para trabalho dos docentes no limiar (60 %); sem sala de docentes equipada.
- ✓ Acessibilidade parcial; sem área de refeições, convívio e desporto; inventário patrimonial em elaboração até 30 de Outubro de 2026.

3.10.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

Indicador obrigatório. Os critérios aferidos por inquérito cumprem; a biblioteca é o ponto crítico, em especial nos cursos com nível D.

Recomenda-se aquisição orientada pelas bibliografias obrigatórias até 80 % de cobertura em 2027, com prioridade a Enfermagem, Gestão e Contabilidade e Relações Internacionais; divulgar a biblioteca virtual com sessões de demonstração; iniciar o registo de empréstimos; concluir o inventário; equipar a sala de docentes; executar o Plano de Investimento (acessibilidade, rede sem fios, laboratórios); afectar um espaço de convívio e refeição.

3.11 Cumprimento da Legislação Aplicável

3.11.1. Pontos Fortes

- ✓ Conjunto normativo revisto e aprovado em versão única entre Agosto e Setembro de 2026, em resposta às avaliações externas (Deliberações n.os 02 e 04/CD-ISPCAB/2026 e Despachos n.os 074 a 096/GP-ISPCAB/2026).
- ✓ Resposta formal às quatro avaliações externas: contraditórios de Novembro de 2025 e Plano de Melhoria Institucional 2026–2029 com um bloco por curso (Deliberação n.º 07/CD-ISPCAB/2026).

- ✓ Cursos autorizados pelo Decreto Executivo n.º 216/17; projectos pedagógicos conformes; Regulamento de Créditos conforme o Decreto Presidencial n.º 193/18.

3.11.2. Pontos Fracos

- ✓ Sem mecanismo de avaliação anual do grau de cumprimento da legislação aplicável.
- ✓ Numeração de actos com séries paralelas e designações de órgãos e cargos não uniformes entre documentos.
- ✓ Instrumentos aprovados com execução ainda recente ou em curso na maior parte dos critérios; auto-avaliações de curso de 2025 com dados copiados entre relatórios.
- ✓ Sem norma interna de protecção de dados pessoais nos registos académicos partilhados.

3.11.3. Avaliação Global do indicador e Recomendações

A consolidação normativa está feita; a prova de execução é o que a avaliação externa vai verificar.

Recomenda-se aprovar a matriz anual legislação, grau de cumprimento e evidência; instituir o livro único de registo de actos por série e a tabela de designações oficiais; assinar errata aos relatórios de curso de 2025; aprovar a norma de protecção de dados; manter o relatório trimestral da CODAQUI ao Conselho Directivo.

4. Análise Global (Oportunidades e Ameaças)

A análise do ambiente externo assenta nos estratos externos ouvidos, que são poucos (26 diplomados, 7 entidades de estágio, 3 respostas de ordens profissionais e nenhuma resposta válida de empregadores), e no que as quatro Comissões de Avaliação Externa apontaram. Regista-se o que os dados permitem, com essa reserva.

4.1. Oportunidades

- ✓ Missão reconhecida como relevante para o desenvolvimento de Cabinda por 83 % dos estudantes: capital de legitimidade junto da comunidade.
- ✓ Procura de formação avançada e contínua: 90 % dos diplomados que responderam querem voltar ao ISPCAB para pós-graduação ou formação de curta duração.
- ✓ Parceiros disponíveis: as sete entidades de estágio aceitam novos estagiários, a Ordem dos Arquitectos propõe um protocolo permanente e o INOTU pede protocolos formais; 23 protocolos nacionais já assinados.
- ✓ Canais digitais próprios em uso pela maioria dos estudantes (Portal do Aluno,

minipautas, sítio, assistente virtual), por onde a divulgação de resultados e de normas pode chegar a todos.

- ✓ Regulamentação aprovada entre Agosto e Setembro de 2026 que, executada, fecha dezenas de critérios do Manual de uma vez.
- ✓ Corpo docente estável, que recomenda o ISPCAB como local de trabalho (97 %) e que passa a ter trinta docentes em tempo integral a partir de 12 de Outubro de 2026.
- ✓ Rede de antigos estudantes iniciada com os contactos recolhidos no inquérito, base para a lista de diplomados e para o acompanhamento da inserção profissional.

4.2. Ameaças

- ✓ Dois cursos com nível D (Gestão e Contabilidade e Relações Internacionais), sem admissões ao 1.º ano em 2026/2027, e certificados de acreditação condicional dos outros três válidos até Outubro de 2027.
- ✓ Oferta concorrente na província: 27 % dos estudantes não recomendariam o ISPCAB, o que se traduz em perda de candidatos.
- ✓ Atendimento, cobrança de propinas e articulação dos serviços académicos apontados espontaneamente como fonte de conflito: risco reputacional e de abandono.
- ✓ Mercado de trabalho de Cabinda que absorve os licenciados, mas não necessariamente nas suas áreas: metade dos diplomados trabalha fora da área de formação.
- ✓ Financiamento dependente das propinas, com fontes pouco diversificadas (CAE n.º 22 e CAE n.º 15), num quadro em que os indicadores obrigatórios exigem investimento em docentes, biblioteca e investigação.
- ✓ Risco de a avaliação externa não encontrar no arquivo de evidências o que existe: documentos por assinar, por digitalizar ou guardados fora do arquivo.
- ✓ Ausência de parcerias internacionais num indicador em que os três cursos acreditados e os dois não acreditados tiveram as pontuações mais baixas.

5. Plano de Melhorias Institucional (PMI)

O Plano de Melhoria Institucional 2026–2029 foi aprovado pela Deliberação n.º 07/CD-ISPCAB/2026, de 28 de Setembro, e acompanha este relatório em documento autónomo (Anexo). Tem um bloco institucional de 58 acções, organizado pelos onze indicadores, e cinco blocos de curso que respondem linha a linha às recomendações das Comissões de Avaliação Externa n.os 8, 57, 22 e 15. Cada acção identifica a lacuna e a sua fonte, o responsável, o prazo, o indicador de cumprimento e a evidência.

O quadro seguinte apresenta, no formato do INAAREES, as acções prioritárias por indicador. As prioridades seguem três critérios: indicador obrigatório, efeito sobre critérios que a avaliação externa verifica no local e prazo até Dezembro de 2026. As metas centrais são trinta docentes em tempo integral a partir de 12 de Outubro de 2026, mestres e doutores em metade do corpo docente até 2028/2029, 80 % de cobertura das bibliografias obrigatórias, um projecto de investigação por Departamento em 2026/2027 e relatórios de extensão em todos os cursos. A monitorização compete à CODAQUI, com relatório trimestral ao Conselho Directivo e relatório anual ao INAAREES.

Indicador padrão / Critério de verificação	Fraqueza	Acção de melhoria	Responsável	Recursos necessários	Prioridade (alta, média, baixa)	Prazo
1. Missão e PDI	Missão conhecida «em parte»; PDI por divulgar aos estudantes	Executar o Plano de Divulgação Institucional; publicar o PDI e a Revisão Intercalar no sítio	Presidente / SG	Comunicação e Tecnologias; impressão de cartazes	Alta	Out. 2026
	Sem relatório de execução 2020–2025 nem monitorização por objectivo	Relatório de execução 2020–2025 e relatório anual de monitorização por objectivo	CODAQUI / VPAAVE	Pessoal da CODAQUI; dados dos serviços	Média	Dez. 2026; anual
	Planos estratégicos de curso sem acto de aprovação	Aprovar por deliberação os cinco planos estratégicos 2026–2030	CD / Chefes de Departamento	Sessão do CD	Média	Nov. 2026
2. Gestão	Um terço dos estudantes nunca viu resultados; último troço da comunicação sem responsável	Responsável pela comunicação aos estudantes; publicar resultados e normas no Portal, sítio e placar em 10 dias; sessão de devolução do RAA com acta	SG / CODAQUI	Portal do Aluno e sítio (meios próprios)	Alta	Out. 2026
	Reclamações sem resposta em um terço dos casos	Registo único de sugestões e reclamações com resposta em 15 dias	SG	Registo e caixa de sugestões	Alta	Nov. 2026
	Avaliação do desempenho não notificada por escrito	Notificação escrita a todos os avaliados, com arquivo das notificações assinadas	SG / CODAQUI	Modelo de notificação	Alta	Dez. 2026
	Assembleia não constituída; actas sem série arquivada	Calendário anual de sessões com actas numeradas; constituir a Assembleia	Presidente / CD / SG	Secretariado dos órgãos	Média	Out. 2026; Jul. 2027
3. Currículo	Sistema de créditos pouco conhecido (3.4.2)	Afixar a matriz de créditos por Departamento e entregá-la na matrícula	VP Assuntos Científicos / Secretaria Académica	Impressão; Portal do Aluno	Alta	Matrícula 2026/27

	Estágio previsto e não realizado em GC e RI	Programa de estágio aprovado e pelo menos três protocolos por curso	VPAAVE / Chefes de GC e RI	Rubrica orçamental de acompanhamento de estágios	Alta	Dez. 2026
	Sem consulta a empregadores e ordens; planos sem revisão há mais de cinco anos	Consulta anual com acta do CP; propostas de revisão curricular a homologação (GC e RI 2026/27, AU e EI 2027/28, ENF 2028/29)	VPAAVE / CP / CC	Horas docentes para as comissões de revisão	Média	2026–2029
4. Corpo docente	Seis docentes em tempo integral (5 %), critério obrigatório 4.2.2 por cumprir	Concurso interno e contratos de 30 docentes em tempo integral, 18 mestres (Despacho n.º 106)	Presidente / CD	Dotação salarial dos 30 contratos no orçamento 2026/27	Alta	Início a 12-10-2026
	37 % de mestres e doutores	Exigir mestrado nos concursos; apoiar pelo menos 3 mestrados por ano; executar o Plano de Formação Docente 2026/27	VPAAVE / Presidente	Linhas Orçamentais de formação	Média	2026–2029
	Remuneração e meios digitais concentram as queixas	Calendário de pagamentos publicado e recibo a cada pagamento; sala de docentes com computadores e internet	Presidente / Tesouraria / Serviços de Informática	Equipamento informático; ligação à internet	Alta	Dez. 2026; Fev. 2027
5. Corpo discente	27 % não recomendariam o ISPCAB; atendimento e cobrança como causa	Norma de atendimento com horários e tempos de resposta; separar a cobrança do acto académico; prazo de publicação de pautas	SG / VPAAVE	Pessoal de atendimento; formação em atendimento	Alta	Dez. 2026
	Apoio pedagógico e integração pouco conhecidos; tutoria e inserção profissional sem responsáveis	Nomear o coordenador da tutoria e o responsável do GIPAS; apresentação dos gabinetes no acolhimento e no Guia do Discente	Presidente / VPAAVE / Gabinete de Psicopedagogia	Horas docentes de tutoria	Alta	Out. 2026
	Sem lista de diplomados; resposta externa de 1,6 %	Base de contactos de diplomados; rede de antigos estudantes; reaplicar o inquérito por canal próprio	SG / CODAQUI	Base FORMADOS e contactos recolhidos	Média	Fev. 2027
6. PTA	Quadro de pessoal sem afectação por área; rácio 1:70	Quadro de pessoal completo; reforço de 4 PTA por ano	SG / CD	Dotação salarial de 4 novos PTA por ano	Média	Out. 2026; 2026–2029
	Resultado da avaliação não entregue por escrito a 4 em 10	1.º ciclo regulamentar de avaliação com notificação escrita	SG / Comissão de Avaliação	Fichas de avaliação	Alta	Jul. 2027
	Pedido de mais auscultação e de espaço de refeição	Reunião trimestral da direcção com o PTA, com acta; copa integrada no estudo do espaço de convívio	SG / Presidente	Espaço e equipamento de copa	Baixa	Jan. 2027
7. Investigação	Nenhum projecto institucional registado	Um projecto por Departamento em 2026/27, com equipa, cronograma e orçamento	VP Assuntos Científicos / Chefes de Departamento	Dotação de investigação (24.000.000 Kz em 2025/26)	Alta	Jul. 2027
	Produção científica concentrada e não registada	Ficha anual de produção obrigatória; apoio à publicação; meta de 25 % dos docentes com publicação afiliada	VP Assuntos Científicos	Apoio à revisão e às taxas de publicação	Média	2026–2028
	Dotação divergente entre documentos; apoio percebido de forma desigual	Um único valor no orçamento; calendário de candidaturas publicado; relatório de execução	CD / Tesouraria	Fundo de Investigação	Alta	Dez. 2026; Jan. 2027
8. Extensão	Ações realizadas sem relatório (art. 14.º do Regulamento)	Relatório de cada acção de 2025/26 datado da elaboração; relatório semestral por curso	Chefes de Departamento	Pessoal dos Departamentos	Alta	Out. 2026; Jul. 2027
	Extensão concentrada em Enfermagem	Pelo menos uma acção por curso em 2026/27; Plano Anual de Extensão com um único valor orçamental	CD / Chefes de Departamento	Dotação de extensão (10.000.000 Kz em 2025/26)	Alta	Out. 2026
	Memorandos sem cópia no arquivo; sem avaliação de impacto	Carregar cópias assinadas; 3 memorandos de extensão; inquérito aos beneficiários	Presidente / VPAAVE / CODAQUI	Modelo de memorando e de inquérito	Média	Jun. 2027

9. Intercâmbio	Nenhuma parceria internacional nem mobilidade documentada	Memorando com uma instituição estrangeira; programa piloto de mobilidade (4 estudantes, 2 docentes)	Presidente / VP Assuntos Científicos	Bolsas de deslocação do programa piloto	Alta	Jun. 2027
	22 acções declaradas sem registo; convénio em branco	Identificar e documentar as 22 acções; completar e assinar o convénio de mobilidade	VP Assuntos Científicos	Fichas de mobilidade	Alta	Mar. 2027
	Protocolos assinados só em papel	Lista oficial de protocolos e digitalização dos 23 assinados	SG	Digitalização	Alta	Out. 2026
10. Infra-estrutura	Biblioteca pior avaliada; cobertura de 23 %	Aquisição orientada pelas bibliografias obrigatórias; divulgação da biblioteca virtual; registo de empréstimos	SG / Biblioteca	Verba de aquisição de títulos físicos e digitais (CROP)	Alta	2026–2027
	Inventário por concluir; regulamentos por assinar	Inventário completo; assinar os instrumentos de biblioteca, laboratórios, inventário e manutenção	SG / Presidente	Pessoal da Secretaria-Geral	Alta	Out. 2026
	Acessibilidade parcial; sem área de refeições e convívio; rede sem fios insuficiente	Executar o Plano de Investimento 2026–2028 (acessibilidade, rede sem fios, laboratórios, espaço de convívio)	Presidente / SG	Plano de Investimento 2026–2028	Média	2026–2028
11. Cumprimento da legislação em vigor	Sem avaliação do grau de cumprimento da legislação	Matriz anual legislação, cumprimento e evidência aprovada pelo CD	CODAQUI / SG	Pessoal da CODAQUI	Média	Dez. 2026; anual
	Séries de actos paralelas; designações não uniformes	Livro único de registo de actos por série; tabela de designações oficiais	SG	Livro de registo	Alta	Out. 2026
	Auto-avaliações de curso de 2025 com dados copiados	Errata a cada RAA de curso; RAA de curso 2026/27 com dados do sistema académico	CODAQUI / Chefes de Departamento	Extracções do sistema académico	Média	Nov. 2026; Jul. 2027

6. Conclusões e Recomendações

Principais resultados. Das quarenta e duas aferições que os inquéritos aos estudantes permitem fazer sobre trinta e quatro critérios, todas cumprem o limiar de 60 %, com um índice médio de 73 % e uma satisfação global de 73 %. Nenhuma pergunta de escala passa de 85 % nem desce de 66 %: os pontos altos são a relevância da missão (83 %), a igualdade de oportunidades (82 %) e as normas de avaliação (81 %); os pontos baixos, o sistema de registo e o portal (66 %), as estruturas de apoio pedagógico (67 %) e a biblioteca (67 %). Gestão e Contabilidade e Relações Internacionais ficam abaixo dos outros cursos e o regime pós-laboral abaixo do laboral.

Os docentes estão satisfeitos com a organização do ensino e insatisfeitos com as condições materiais, a remuneração e os meios digitais. Os diplomados, poucos, são os mais satisfeitos e os que mais recomendam o ISPCAB, e apontam a componente prática como a parte mais fraca da formação. Dirigentes e pessoal técnico-administrativo dão as respostas mais positivas do ciclo, entre 83 e 100 %; lidas ao lado das dos estudantes, mostram uma Instituição que funciona bem por dentro e comunica mal para fora.

Os inquéritos verificam 81 dos 364 critérios do Mapa de Indicadores; desses, 74 estão

alcançados e 7 não. Os restantes 283 provam-se por documento e observação: os instrumentos existem e estão aprovados, e a sua execução com evidência é, na maior parte dos critérios, recente ou em curso. O critério obrigatório do regime de tempo integral, que à data da verificação daria lugar à dedução de 20 %, fica cumprido a 12 de Outubro de 2026. A classificação qualitativa global compete à Comissão de Avaliação Externa e não é proposta neste relatório.

Factores de sucesso. A participação de todos os estratos internos, com taxas de resposta acima do mínimo de 20 % nos estudantes, nos docentes (Inquérito de Satisfação) e no pessoal técnico-administrativo; a recolha presencial, que garantiu a composição da amostra dos estudantes; e a organização do arquivo de evidências em onze pastas, uma por indicador, que permitiu a verificação documental critério a critério.

Constrangimentos. A fraca resposta dos estratos externos, em especial dos empregadores, sem nenhuma resposta válida, e dos diplomados, por não existir lista de contactos; o prazo curto entre a aprovação dos instrumentos, em Agosto de 2026, e a recolha; e a dispersão dos documentos por assinar e por digitalizar, que obrigou a reconstituir registos.

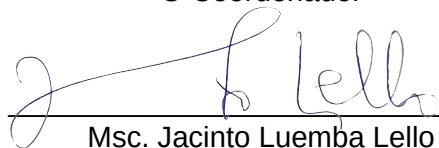
Lições aprendidas. O ciclo de avaliação só fecha quando os resultados voltam a quem respondeu; os inquéritos precisam de ser apresentados como parte de um ciclo anual, com calendário publicado. O que não tem registo não conta para a avaliação externa, pelo que cada acção deve produzir a sua evidência no momento em que acontece. A consulta aos estratos externos exige canal próprio e não pode depender das redes sociais dos estudantes.

Recomendações sobre o Plano de Melhorias. Dar prioridade, até Dezembro de 2026, às acções que tocam os indicadores obrigatórios e às que dependem apenas de actos internos: contratos de tempo integral, relatórios de extensão, registo de projectos de investigação, inventário, assinatura e digitalização dos instrumentos e dos protocolos. Fazer a devolução pública destes resultados, com acta, no prazo de trinta dias. Tratar o atendimento e a cobrança como matéria de qualidade, com norma própria. Reportar trimestralmente a execução ao Conselho Directivo e integrar o grau de cumprimento de cada acção no Relatório de Auto-Avaliação seguinte (RAA 2728).

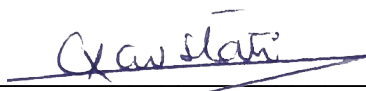
Cabinda, 30 de Setembro de 2026

A Comissão de Auto-Avaliação

O Coordenador


Msc. Jacinto Luemba Lello

O Secretário


Msc. Xavier Soca Tati

ANEXO

Anexo 1. Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2026, versão condensada, aprovada em 28 de Setembro de 2026 e assinada pelo Coordenador da Comissão de Auto-Avaliação e pelo Presidente.

Anexo 2. Relatório de Auto-Avaliação Institucional 2026, versão integral, com os Anexos A a P (resultados integrais dos inquéritos por estrato, respostas abertas, matriz de correspondência entre perguntas e critérios, índice de evidências, Mapa de Indicadores e Plano de Melhoria Institucional 2026–2029).

Anexo 3. Acta n.º 05/CAA/2026, Deliberação n.º 07/CD-ISPCAB/2026 e Despacho n.º 105/GP-ISPCAB/2026, de 28 de Setembro de 2026.

Anexo 4. Despachos n.os 073/GP-ISPCAB/2026 e 104/GP-ISPCAB/2026 (criação e alteração da Comissão de Auto-Avaliação).

